



REQUERIMENTO ____/2026

O Vereador que o presente subscreve, depois de observar as normas regimentais, **REQUER à Mesa Diretora**, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, por meio da **Procuradoria Geral do Município**, solicitando **informações e providências quanto ao procedimento adotado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Macaé para formalização de oposição à Contribuição Assistencial Anual**.

REQUER, ainda, que sejam prestadas as seguintes informações:

1. Se a Procuradoria Geral do Município tem conhecimento formal do procedimento adotado pelo sindicato para recebimento das manifestações de oposição à contribuição assistencial;
2. Se foi realizada alguma **avaliação jurídica quanto à razoabilidade e acessibilidade do procedimento**, especialmente no que se refere:
 - ao curto período disponibilizado (16 a 20 de março de 2026);
 - à exigência de comparecimento exclusivamente presencial;
 - ao horário reduzido (08h às 12h);
3. Se há possibilidade de o Município promover **mediação institucional junto ao sindicato**, visando a adoção de medidas que ampliem o acesso dos servidores ao direito de oposição;
4. Se é possível recomendar ou propor alternativas, tais como:
 - ampliação do prazo para oposição;
 - extensão do horário de atendimento;
 - descentralização dos locais de atendimento;
 - disponibilização de meios digitais para formalização da oposição;
5. Quais medidas poderão ser adotadas para **evitar filas excessivas, aglomerações e prejuízos ao pleno exercício do direito de manifestação dos servidores públicos municipais**.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem como objetivo garantir a efetividade do direito de livre manifestação dos servidores públicos municipais quanto à oposição à Contribuição Assistencial Anual, conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal no **Tema 935/2023**.

Embora a contribuição tenha sido regularmente aprovada em assembleia da categoria, o procedimento atualmente adotado para formalização da oposição — restrito a um curto período, com atendimento exclusivamente presencial, em



horário reduzido e em único local — tem gerado grande preocupação entre os servidores.

Relatos indicam a formação de **filas extensas e dificuldades de acesso**, o que pode comprometer o exercício pleno e igualitário desse direito, especialmente para servidores que se encontram em jornada de trabalho no mesmo horário ou que possuem limitações de deslocamento.

Dessa forma, entende-se ser fundamental a atuação da Procuradoria Geral do Município como mediadora institucional, buscando soluções que garantam **equilíbrio, legalidade, razoabilidade e acesso amplo ao direito de oposição**, evitando situações que possam configurar restrição indireta ao exercício de direitos assegurados.

Assim, o presente requerimento visa assegurar transparência, respeito aos direitos dos servidores e a adoção de medidas que promovam maior acessibilidade e organização no processo.

Macaé, Rio de Janeiro, 20 de março de 2026.

Nilton Cesar Pereira Moreira
Vereador autor

Jose Geraldo Jardim Filho
Vereador Tico Jardim